

USO DE FONTES HUMANAS (HUMINT) EM OPERAÇÕES DE PAZ: OPORTUNIDADES E DESAFIOS.

DOI: <https://doi.org/10.58960/rbi.2023.18.225>

Fillipe Augusto da Silva *
Rafael Rodrigo da Silva **

Resumo

As operações de manutenção da paz são implementadas com o objetivo de ajudar países assolados por conflitos a criarem condições para uma paz duradoura. Dada a relevância dessas missões para o Brasil e para as relações internacionais contemporâneas, este artigo analisa como a Atividade de Inteligência e, mais especificamente, o uso de fontes humanas (Humint) podem auxiliar no efetivo cumprimento do mandato da ONU em missões de paz. Para isso, explorou-se, além das oportunidades de ação, os conflitos éticos e políticos a serem considerados, de modo que a adoção dessas práticas não afete negativamente a legitimidade das missões. Em face de uma visão de que a segurança internacional representa um pré-requisito essencial para as seguranças nacionais, o fortalecimento das estruturas de Inteligência da ONU ganha relevância. Apesar dos avanços tecnológicos, as fontes humanas continuam sendo um ativo crítico no fornecimento de informações. No âmbito das operações de paz, a ONU pode engajar-se na coleta extensiva de informações por meio de fontes humanas para prevenir e administrar conflitos, desde que mantenha rígidos princípios éticos e atue nos limites do direito internacional.

Palavras-chave: operações de manutenção da paz; Inteligência; fontes humanas; Humint.

USE OF HUMAN INTELLIGENCE (HUMINT) IN PEACE OPERATIONS: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES.

Abstract

Peacekeeping operations are implemented with the aim of helping conflict-ridden countries create the conditions for lasting peace. Given the relevance of these missions for Brazil and for contemporary international relations, this article analyzes how the Intelligence Activity, and more specifically the use of human intelligence (Humint), can help in the effective fulfillment of the UN mandate in peacekeeping operations. For this, in addition to the opportunities for action, ethical and political conflicts to be considered were explored, so that the adoption of these practices does not negatively affect the legitimacy of the missions. Considering that international security represents an essential prerequisite for national security, the strengthening of UN Intelligence structures becomes relevant. Despite technological advances, human intelligence remains a critical asset in providing information. In the context of peacekeeping operations, the UN can engage in the extensive collection of information through human intelligence to prevent and manage conflicts, provided that it maintains strict ethical principles and acts within the limits of international law.

Keywords: *peacekeeping operations; Intelligence; human intelligence; Humint.*

* Mestre em Segurança Internacional e Defesa pela Escola Superior de Guerra (ESG). Servidor público federal.

** Mestrando em Ciências do Comportamento, pela Universidade de Brasília (UnB). Servidor público federal.

LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA DE FUENTES HUMANAS (HUMINT) EN OPERACIONES DE PAZ: OPORTUNIDADES Y DESAFÍOS.

Resumen

Las operaciones de mantenimiento de la paz se implementan con el objetivo de ayudar a los países en conflicto a crear las condiciones para una paz duradera. Dada la relevancia de estas misiones para Brasil y para las relaciones internacionales contemporáneas, este artículo analiza cómo la Actividad de Inteligencia, y más específicamente el uso de inteligencia de fuentes humanas (HUMINT), puede ayudar en el cumplimiento efectivo del mandato de la ONU en las misiones de mantenimiento de la paz. Para ello, además de las oportunidades de acción, se exploraron los conflictos éticos y políticos a considerar, para que la adopción de estas prácticas no afecte negativamente la legitimidad de las misiones. En vista de que la seguridad internacional representa un requisito previo esencial para la seguridad nacional, el fortalecimiento de las estructuras de inteligencia de la ONU se vuelve relevante. A pesar de los avances tecnológicos, las fuentes humanas siguen siendo un activo fundamental para proporcionar información. En el contexto de las operaciones de mantenimiento de la paz, la ONU puede involucrarse en la recopilación extensiva de información a través de fuentes humanas para prevenir y gestionar conflictos, siempre que mantenga principios éticos estrictos y actúe dentro de los límites del derecho internacional.

Palabras clave: operaciones de mantenimiento de la paz; Inteligencia; fuentes humanas; humint.

Introdução

As operações de manutenção da paz (PKO, do inglês *peacekeeping operations*) são implementadas com o objetivo de ajudar países assolados por conflitos a criarem condições para uma paz duradoura. A partir de mandatos definidos pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), o emprego dessas missões está de acordo com os capítulos VI e VII da Carta da Organização das Nações Unidas (ONU). Na estrutura organizacional da ONU, as PKO são coordenadas pelo Departamento de Operações de Paz (DPO) e pelo Departamento de Apoio Logístico (DSF), subordinados ao Secretariado da entidade (ONU, 2008).

Três princípios básicos diferenciam as PKO como uma ferramenta para manutenção da paz e da segurança internacional: (a) consentimento das partes; (b) imparcialidade; e (c) não uso da força, exceto em legítima defesa ou defesa do mandato (ONU, 2008). No entanto, desde o fim da Guerra Fria, a agenda de paz e segurança no âmbito das Nações Unidas vem mudando, para se caracterizar, principalmente, pela adoção de “mandatos robustos”, ou seja, com autorização para que os comandos das missões de paz empreguem os meios necessários para que suas finalidades sejam cumpridas (CEPIK; KUELE, 2016).

Nas últimas décadas, as PKO também têm se tornado multidimensionais, e abarcam

missões que incluem do monitoramento de acordos de paz e da proteção de civis ao acompanhamento de eleições e ao apoio em desastres naturais (CEPIK; KUELE, 2016). Neste contexto, as forças de manutenção da paz estão sujeitas a atuarem em países marcados pela instabilidade política e institucional, que, muitas vezes, envolvem uma ordem social abalada ou à beira do colapso, com hostilidades declaradas ou iminentes às forças empregadas na missão (SMITH, 1994). Este cenário exige, por parte das forças de PKO, o conhecimento detalhado das condições do terreno, tanto para permitir a eficaz manutenção da paz, quanto para garantir sua própria segurança (CARNEGIE; CARSON, 2021).

Para o Brasil, a participação em missões de paz está baseada em princípios constitucionais, mais especificamente no artigo 4º da Constituição Federal de 1988, que menciona, nos incisos VI, VII e IX, respectivamente, “defesa da paz”, “solução pacífica dos conflitos” e “cooperação entre os povos para o progresso da humanidade” (BRASIL, 1988). Em consonância com os princípios constitucionais, a Política Nacional de Defesa (PND) destaca que o país pode ser estimulado a incrementar sua participação neste tipo de missão, o que permite ao Brasil estreitar laços de cooperação, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional (BRASIL, 2020).

Como marco da participação brasileira

em PKO, destaca-se o comando militar da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (Minustah) pelo General Augusto Heleno Ribeiro Pereira, em 2004. Outro importante marco foi o comando exercido pelo General Carlos Alberto dos Santos Cruz, em 2013, da Missão das Nações Unidas para Estabilização da República Democrática do Congo (Monusco). O Brasil também assumiu tarefas de comando militar e de coordenação da Força Interina das Nações Unidas no Líbano (Unifil), estabelecida em 2006 por solicitação do governo libanês.

Em 2010, o país investiu na criação do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), que visou a apoiar a preparação de militares, policiais e civis, brasileiros e de nações amigas, para as missões de paz. Por meio de sua participação em operações de paz, o Brasil tem buscado uma inserção internacional mais assertiva, relacionada ao interesse do país em desempenhar um papel mais relevante no campo da segurança internacional, bem como buscar legitimidade em seu pleito por um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU (KUELE, 2014).

Dada a relevância das PKO para o Brasil e para as relações internacionais contemporâneas em geral, a hipótese inicial deste estudo é de que a Atividade de Inteligência representa ferramenta essencial para o cumprimento dos mandatos modernos definidos às PKO. Diante do

contexto apresentado, este artigo busca avaliar, por meio de uma análise baseada na legislação vigente e na revisão de literatura, como o uso de ferramentas de Inteligência – e, mais especificamente, da Inteligência de fontes humanas (Humint, do inglês *Human Intelligence*) – podem auxiliar no efetivo cumprimento das missões de paz da ONU. Além disso, busca-se avaliar os limites éticos e políticos a serem considerados, de modo que a adoção dessas práticas não afete negativamente a legitimidade das missões.

ONU e Atividade de Inteligência

Por Atividade de Inteligência, entenda-se aqui o conceito abordado pela Política Nacional de Inteligência (PNI), que a define como “o exercício permanente de ações especializadas, voltadas para a produção e difusão de conhecimentos, com vistas ao assessoramento de autoridades nos respectivos níveis e áreas de atribuição” (BRASIL, 2016). No âmbito das Nações Unidas, no entanto, a Inteligência assume uma forma distinta, tendo em vista que a atividade implica, necessariamente, a existência de inimigos ou rivais, fato a que a ONU evita estar associada (SMITH, 1994). Nesse sentido, o uso de Inteligência no âmbito das Nações Unidas pode criar alguns dilemas.

Um primeiro dilema se refere à coleta de informações sensíveis, uma vez que

governos nacionais se mostram hesitantes em compartilhá-las com a ONU, pelo risco de expor fontes ou métodos de coleta. Essa exposição, de fato, pode colocar em risco os interesses nacionais, ao passo que alvos poderiam evitar a detecção assim que entendessem como são monitorados (CARNEGIE; CARSON, 2021). Uma alternativa seria a coleta direta de Inteligência pela estrutura da ONU. No entanto, esta proposta tende a receber oposição de Estados-membros, com a preocupação de que nações mais poderosas a utilizem para seu benefício próprio, em detrimento da soberania nacional dos demais países (CEPIK; KUELE, 2016).

Um segundo dilema surge quando as informações são coletadas, por vezes, secretamente. Este fato se torna um problema, pois a ONU é historicamente pautada pela transparência e pela imparcialidade em suas ações. O uso de métodos encobertos para coleta de informações poderia manchar sua imagem como mediadora imparcial de conflitos internacionais. Por seu caráter institucional, portanto, a ONU não admite a utilização de ferramentas convencionais da Atividade de Inteligência, como a infiltração de agentes disfarçados, estória cobertura, suborno ou uso de agentes duplos (DORN, 1999; CEPIK; KUELE, 2016).

Outro fato relevante a ser considerado é a capacidade relativamente fraca da ONU

para a integração de Inteligência. Existe, por parte dos países, uma percepção generalizada da falta de confiança nos sistemas de confidencialidade existentes na organização. Casos anteriores de irregularidades, negligência e corrupção, incluindo má conduta de tropas em PKO, que abandonaram seus postos e deixaram documentos confidenciais desprotegidos, acabam por alimentar preocupações sobre a gestão de Inteligência pela ONU e deixam os países cautelosos em delegar essa capacidade à entidade (CARNEGIE; CARSON, 2021).

Nas últimas décadas, no entanto, o desconforto generalizado com a ideia de Inteligência na ONU está gradualmente dando lugar a sua aceitação pela comunidade internacional. Em parte, considera-se que a produção de Inteligência pela ONU não envolve necessariamente métodos dissimulados ou ilegais, como roubo de informações ou subversão (SHETLER-JONES, 2008). Além disso, o fim da Guerra Fria permitiu à ONU assumir um papel mais assertivo na resolução dos complexos conflitos internacionais e admitir sua necessidade de uso da Inteligência. Desde então, nota-se um esforço no sentido de institucionalização da Atividade de Inteligência no âmbito da ONU (KUELE; CEPIK, 2015).

Inteligência e operações de paz

Fato é que as Nações Unidas representam um ator relevante, embora inicialmente relutante, no jogo de Inteligência global. Ao aceitar esse papel e de posse de mandatos reconhecidamente mais robustos em suas missões de paz, a ONU está gradualmente desenvolvendo estruturas de Inteligência em suas missões (DORN, 2010). Com mais de 90 mil pessoas empregadas atualmente em campo pelas PKO, incluindo militares, policiais e civis, a ONU possui acesso privilegiado a muitas das principais zonas de conflito do mundo, p. ex., Líbano, Sudão do Sul e República Democrática do Congo (ONU, 2023).

No âmbito das PKO, os primeiros esforços concretos pela institucionalização da Atividade de Inteligência ocorreram a partir da década de 1990, com a criação das estruturas *Department of Peacekeeping Operations* (DPKO) e *Situation Centre* (SITCEN). Entre os objetivos do SITCEN, está a coleta de informações civis e militares no nível estratégico para auxiliar os tomadores de decisões (KUELE, 2014). O centro monitora as PKO em campo, com especial atenção para situações potencialmente ameaçadoras ao pessoal da ONU, e atua como um ponto de contato na sede das Nações Unidas, em Nova York, para todas as missões em campo (EKPE, 2007).

Além dos avanços observados no âmbito do

Secretariado, as mudanças organizacionais chegaram também ao nível operacional. Em 2006, a diretriz para criação de um *Joint Mission Analysis Centre* (JMAC) para cada PKO demonstrou o desejo da ONU em produzir avaliações de Inteligência de qualidade em suas missões, desde que detivesse o mandato e os recursos necessários (CEPIK; KUELE, 2016). A criação dos JMAC representou o início das chamadas “*Intelligence-led operations*”, ou seja, operações conduzidas com base em evidências produzidas pela Atividade de Inteligência. A MINUSTAH foi uma das missões pioneiras entre as operações da ONU conduzidas por Inteligência (DORN, 2009).

Como missão, os JMAC devem garantir que todas as PKO tenham um monitoramento efetivo e integrado de operações, relatórios e análise de informações no quartel-general da operação. O objetivo central é apoiar o desenvolvimento da consciência situacional em campo, com informações de segurança e análise para a tomada de decisões gerenciais. Para isso, o JMAC conta com uma equipe multidisciplinar, o que reflete o amplo espectro encontrado nas PKO atualmente e com a tarefa de produzir resultados equilibrados, oportunos e sistemáticos (SHETLER-JONES, 2008).

Para além do trabalho tático desenvolvido nos JMAC, a Atividade de Inteligência se faz necessária também no nível estratégico, mesmo antes do envolvimento da ONU

em algum conflito, principalmente para se entender a situação política entre as partes. Uma vez que as forças de paz sejam mobilizadas, a Inteligência estratégica mantém sua relevância ao auxiliar na antecipação de movimentos políticos de governos ou facções, especialmente se houver risco de violência. Em um contexto operacional, a Inteligência é necessária no planejamento mais eficaz de recursos, para otimizar o cumprimento de seu mandato. Neste contexto, a capacidade de avaliar o nível de armamentos, os movimentos, as estratégias e o potencial militar das facções em conflito é obviamente importante (SMITH, 1994).

Cabe ressaltar, no entanto, que o ciclo de Inteligência em uma PKO difere em aspectos importantes do processo tradicional, pois, inclui certas limitações na escolha dos métodos de coleta. Em geral, as principais limitações à coleta de informações são de base legal ou ética. A ONU, por ser uma organização cumpridora e criadora da lei internacional, atua estritamente nos limites legais impostos em suas missões de campo (DORN, 1999). Os limites éticos, por sua vez, dizem respeito à situação de vulnerabilidade em que se encontram as populações civis envolvidas em situações de conflito.

Além disso, a coleta de informações em PKO é uma atividade repleta de dificuldades políticas. Neste aspecto, a principal preocupação é que a obtenção

de informações pela ONU possa ser vista como comprometedor da imparcialidade da organização em relação às partes em conflito, aspecto essencial em uma PKO (SMITH, 1994). Em contraponto, a Inteligência destinada à proteção das forças de paz é bastante incontroversa. Poucas partes questionariam – pelo menos não abertamente – o direito de uma unidade de manutenção da paz de localizar campos minados, por exemplo (ERIKSSON, 1997).

Humint e operações de paz

Diante das limitações expostas e pelo fato de as Nações Unidas não serem tecnologicamente equipadas para conduzir vigilância secreta, a Inteligência Humana (Humint) se consolida como o método de coleta mais prevalente em PKO (DORN, 2010). Uma das vantagens de uma operação de paz é o acesso direto a áreas específicas de conflitos e seus habitantes. As relações próximas e amigáveis entre os membros de uma PKO e os civis locais fornecem não apenas uma avaliação contínua dos humores, mas também componentes de Inteligência mais sólidos. Essas informações seriam difíceis de se obter pelos meios tradicionais de Inteligência militar, cujo uso pode gerar tensões (ERIKSSON, 1997).

Oportunidades

Os seres humanos são essenciais para todos os processos e operações da sociedade, sejam eles públicos ou privados. Como tal, eles são a primeira e última linha de segurança e, conseqüentemente, são os primeiros e últimos pontos de entrada na arena da Inteligência. (SANO, 2015). Assim, Humint pode ser definida como “qualquer informação que possa ser coletada de fontes humanas”, seja abertamente ou secretamente, e que pode incluir uma variedade de fontes, desde uma fonte humana secreta e infiltrada, a contatos abertos com governos estrangeiros e habitantes de uma área de conflito (BERNARD; SULLIVAN, 2020). Além disso, a Humint é a forma mais antiga de Inteligência e continua sendo uma das mais valiosas para a tomada de decisões em questões de segurança. A Humint pode ser usada para se obter informações sobre indivíduos, grupos, organizações e países (TSANG, 2008).

De modo geral, as missões de paz envolvem forças militares e civis de várias nacionalidades. Essas forças precisam trabalhar em conjunto para alcançar objetivos comuns. Além de ser essencial para garantir a cooperação entre essas forças, a Humint pode ser usada para coletar informações sobre a situação política, econômica e social da região em que a missão está ocorrendo; obter informações sobre grupos armados ou

criminosos que possam representar uma ameaça à segurança da missão; identificar líderes comunitários e outros indivíduos que possam ajudar a estabelecer a paz e a estabilidade na região; e obter informações sobre a população local, incluindo suas necessidades e desejos (LANUBILE, 2010).

A missão no Haiti, conduzida de 2004 a 2017, foi um exemplo em que a Humint foi amplamente utilizada. Na ocasião, a ONU foi capaz de explorar o descontentamento da população local com as gangues para obter informações estratégicas. A missão tinha fundos especiais para construir relacionamentos com ela, fato incomum no âmbito das PKO. Por vezes, pessoas próximas aos líderes de gangues ofereciam voluntariamente evidências incriminatórias e informações para ajudar as tropas da Minustah a efetuarem as prisões. Para isso, foi criada, em 2005, uma linha direta gratuita, que funcionava 24 horas por dia e permitia que haitianos compartilhassem informações anônimas sobre atividades de gangues, crimes e violações de direitos humanos, especialmente sequestros. O serviço provou ser valioso e ajudou a localizar e libertar reféns e capturar membros de gangues, ainda que grande parte das ligações tenha sido enganosa (DORN, 2009).

Os refugiados, tanto aqueles que permanecem em zonas de conflito quanto aqueles que fugiram para outros países, também podem ser uma valiosa

fonte de informações. No Congo (1960-64), missão pioneira no uso de coleta de Inteligência, oficiais realizavam interrogatórios de solicitantes de refúgio, o que, ocasionalmente, representava uma maneira inestimável de coletar informações. Criminosos ou suspeitos detidos pelas forças de paz também podem ser submetidos a procedimentos formais de interrogatório, desde que garantidos seus direitos individuais. No Congo, por exemplo, não há indicação de que os interrogatórios conduzidos envolvessem qualquer tipo de violência e, como resultado, foram fonte de informações valiosas, incluindo a descoberta dos nomes de mercenários e a localização de depósitos de armas (DORN, 2010).

As organizações não-governamentais (ONGs), apesar de não serem Humint propriamente ditas, são outra fonte importante de informações. Presentes em grande parte das PKO, essas organizações realizam atividades extensas em áreas de conflito e, portanto, são detentoras de conhecimento sobre a situação local (BERNARD; SULLIVAN, 2020). Como desafio, no entanto, muitas delas se mostram relutantes em serem associadas às operações militares, inclusive às PKO. Em parte, isso ocorre pela sua natureza em rejeitar aspectos militares ou para evitar dividir os créditos de seu esforço com outro ator. Independentemente desse obstáculo, ainda há oportunidades para diálogo e troca de informações entre o ramo militar

da PKO e uma ONG, especialmente sobre a situação de segurança local.

Por fim, cabe acrescentar que a Humint permite que as forças de paz entendam a cultura e a história locais, o que pode ajudá-las a tomar decisões que são mais facilmente aceitas pela população local. Desse modo, a Humint pode ajudar a estabelecer uma relação de maior confiança entre as forças de paz e os residentes da área em conflito, o que pode facilitar a cooperação e o maior sucesso das ações planejadas (JOHNSON, 2010).

Em suma, a implantação efetiva de uma estrutura de Inteligência baseada em Humint representa uma oportunidade para se evitar a implantação de uma operação militar mais complexa, que, além de ser mais cara, pode dificultar as atividades das forças de paz. Quanto mais coesa a relação das forças de paz com a população local, mais efetiva é a coleta de informações e, conseqüentemente, os produtos da Inteligência têm mais qualidade e potencial aproveitamento (CEPIK; KUELE, 2016).

Desafios

É importante destacar, no entanto, que o uso da Humint, no âmbito das PKO, apresenta alguns desafios. Primeiramente, há o desafio de recrutar e manter informantes confiáveis, especialmente em regiões onde a violência e o conflito são comuns. Além disso, a Humint pode ser influenciada pelo preconceito, pelo

viés pessoal ou por interesses ocultos dos informantes. Ainda, o trabalho de Inteligência Humana pode ser perigoso para os informantes e suas famílias, uma vez que podem ser alvo de retaliação por parte dos grupos ou indivíduos investigados. Esses desafios são relevantes e devem ser levados em consideração ao se planejar o uso da Humint em missões de paz (LANUBILE, 2010).

As mesmas limitações impostas à ONU em relação à fundação de uma rede institucional de Inteligência também se estendem ao uso de Humint no âmbito das PKO. Com o uso de fontes humanas, há o temor de que a integridade e a legitimidade das ações das operações de paz sejam comprometidas. Um importante fator a ser considerado são os riscos envolvidos e a qualidade das informações obtidas. No Haiti, por exemplo, sabia-se que chefes de gangues canalizavam informações falsas por meio de informantes. Diante da grande quantidade de rumores, as Nações Unidas tiveram de verificar e cruzar as informações recebidas. Os informantes podem oferecer informações não-verificadas ou falsas para receber pagamentos, incriminar inimigos ou até mesmo para constranger deliberadamente a ONU (DORN, 2009).

As barreiras legais para o uso de ativos humanos em situações de vulnerabilidade são limitadas por diferentes paradigmas de segurança internacional. As condições para que fontes humanas sejam utilizadas

são que seu uso seja proporcional à ameaça representada e que a prática tenha evidentes ganhos acionáveis que não poderiam ser fornecidos por outros meios (BERNARD; SULLIVAN, 2020). Neste contexto, a institucionalização da atividade ganha relevância, o que inclui diretrizes para implantação de recursos e as questões de proporcionalidade e necessidade. A criação das JMAC representa um importante passo alcançado no rumo desta institucionalização.

A deficiência no fluxo de informações também pode ser apontada como causa das desconfianças relacionadas ao uso de fontes humanas pela ONU (CEPIK; KUELE, 2016). A difusão de informações obtidas por Humint deve ocorrer de maneira seletiva, de modo a se evitar vazamento de informações que possam colocar as fontes em risco. Além da proteção às identidades, as informações coletadas devem ser tratadas com cuidado para que os métodos utilizados na obtenção não sejam expostos. Em circunstâncias de alto risco, a ONU deve ajudar a fornecer proteção e asilo em outro Estado disposto a receber informantes cujas vidas estejam em risco. No Haiti, por exemplo, informantes eram levados às zonas de conflito vestidos com uniformes militares da ONU e com os rostos protegidos, para que pudessem apontar suspeitos sem que fossem identificados (DORN, 2009).

Outros limites são impostos por razões

éticas válidas. Por envolver pessoas vulneráveis que vivem em área de conflito, a Humint em operações de paz requer limites específicos a serem seguidos. Por fim, a gama de atividades aceitáveis dependerá do mandato e das circunstâncias da missão. O oferecimento regular de pagamentos a fontes humanas, por exemplo, é considerado imprudente no âmbito das PKO. No entanto, a ONU deve ser livre para receber informações voluntárias de informantes em circunstâncias de maior risco. A experiência da missão na Somália (1993-95), por exemplo, mostrou que mulheres e crianças, que geralmente sofrem mais com o conflito, fornecem informações mais confiáveis quando comparadas a informantes pagos (ERIKSSON, 1997).

Além disso, cabe ressaltar que as informações obtidas por meio de Humint podem ser influenciadas pelo preconceito, pela emoção e pela subjetividade do informante. Acrescenta-se o fato de que as informações podem ser imprecisas ou desatualizadas, uma vez que as fontes humanas podem não ter acesso a todas as informações relevantes. Dessa forma, a coleta de informações por meio da Humint pode ser perigosa para os informantes, que podem ser expostos a represálias por parte dos grupos ou indivíduos investigados (HARTHCOCK, 1999).

As reações políticas adversas à coleta de informações por meio de fontes humanas são causadas, em partes, pela

falsa relação da Humint como uma espécie de “vigilância secreta”. Essas críticas surgem do pressuposto de que as Nações Unidas devem ser totalmente pautadas pela transparência e, de acordo com essa visão, não devem se envolver em nenhuma atividade de Inteligência que possa prejudicar sua imparcialidade. Neste contexto, o uso de fontes humanas não deve envolver o uso de certas práticas comuns na espionagem, a saber, suborno, chantagem e uso de agentes duplos. Em muitos casos, pode ser dada ênfase à coleta aberta de informações (BERNARD; SULLIVAN, 2020).

Em geral, os Estados tendem a relutar à possibilidade de dar à ONU um mandato maior de Inteligência, com base em temores de conceder poder excessivo à entidade. Países menos desenvolvidos também podem estar preocupados com que uma função de Inteligência mais robusta, autorizada a organizações internacionais, coloque em risco sua própria integridade nacional. Ainda que haja relutância dos Estados-membros no emprego de técnicas clássicas de coleta de informações, os civis locais em áreas onde as operações de manutenção da paz são conduzidas sempre serão uma importante fonte de informação.

Considerações finais

Nas últimas décadas, ganhou relevância a importância dada à coleta e à análise de informações, tanto de natureza secreta

quanto aberta, para a efetividade das PKO e a segurança de suas tropas. No campo, a coleta de informações estratégicas auxilia na tomada de iniciativas, no controle do “campo de batalha” e na minimização dos riscos, tanto para as tropas quanto para os civis da região (DORN, 2009). Nessas missões, os objetivos das unidades de Inteligência podem ser, portanto: aumentar a segurança do pessoal empregado na missão; prover suporte para operações específicas; antecipar possível eclosão de conflito; e estabelecer estimativas de interferências externas (DORN; BELL, 2003).

No entanto, por parte dos Estados-membros, há certa hesitação em dar autonomia de Inteligência a organizações internacionais, a exemplo das Nações Unidas. Entre os principais obstáculos apontados, estão: (I) a ausência de rotinas para lidar com material sensível de maneira adequada nessas entidades; (II) o temor de que a integridade e a legitimidade das PKO sejam questionadas; e (III) as barreiras impostas pelo direito internacional sobre o uso de ativos humanos em situações de vulnerabilidade.

Como resposta à capacidade relativamente fraca da ONU para a integração de Inteligência, a entidade deve dedicar-se a melhorar seu sistema de confidencialidade de maneira concreta. Outras organizações internacionais, p. ex., a Agência Internacional de Energia

Atômica (AIEA) e a Organização Mundial do Comércio (OMC), foram capazes de lidar efetivamente com obstáculos semelhantes à coleta de informações. Para isso, foram implementados sistemas de confidencialidade fortes, que incluem computadores autônomos, sistemas de classificação de documentos e penalidades por vazamentos, entre outras medidas. Como alternativa, a ONU poderia recorrer a modelos semelhantes (CARNEGIE; CARSON, 2021).

Em geral, missões de PKO requerem informações detalhadas sobre movimentos rebeldes e outras condições do local de atuação. Por isso, uma operação de paz eficaz requer a aquisição proativa e a análise prudente de informações sobre as condições dentro da área da missão. Isso é especialmente verdadeiro se a operação for conduzida em um ambiente imprevisível e a segurança da força de paz estiver ameaçada. No entanto, métodos encobertos não são necessários para que a ONU se mantenha engajada na obtenção de informações. Em grande parte, esse tipo de informação pode ser obtido em fontes abertas ou na relação com os civis locais.

De maneira geral, experiências históricas deixaram a lição às Nações Unidas de que é arriscado engajar-se em operações de paz complexas sem ter acesso a uma Inteligência sólida, acionável e secreta (KUELE; CEPIK, 2015; DORN, 2010). Em um ambiente operacional complexo,

em razão de mandatos robustos e dos próprios ambientes conflituosos, tanto a segurança das forças de manutenção da paz quanto o sucesso de suas missões dependem fortemente da coleta de Inteligência. Em face de uma visão de que a segurança internacional representa um pré-requisito essencial para as seguranças nacionais, o fortalecimento das estruturas de Inteligência da ONU ganha relevância.

Apesar dos avanços tecnológicos, as fontes humanas continuarão a ocupar um papel

crítico no fornecimento de informações. No âmbito das PKO, as relações com civis locais podem resultar em elementos sólidos de Inteligência. Neste sentido, a ONU pode engajar-se na coleta extensiva de informações por meio de fontes humanas, para prevenir e administrar conflitos, desde que mantenha rígidos princípios éticos e atue nos limites do direito internacional. Assim, a ONU pode lançar mão desta importante ferramenta sem que sua reputação seja questionada pela comunidade internacional.

Referências

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa e Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, 2020.

BRASIL. Decreto no 8.793, de 29 de junho de 2016. *Fixa a Política Nacional de Inteligência*. Brasília, 2016.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BERNARD, Rose; SULLIVAN, Richard. The use of HUMINT in epidemics: a practical assessment. *Intelligence And National Security*, v. 35, n. 4, p. 493-501, jun. 2020.

CARNEGIE, Allison; CARSON, Austin. UN Peacekeeping After the Pandemic: an increased role for intelligence. *Survival*, v. 63, n. 2, p. 77-83, mar. 2021.

CEPIK, Marco; KUELE, Giovanna. Inteligência em Operações de Paz da ONU: déficit estratégico, reformas institucionais e desafios operacionais. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 963-993, out. 2016.

DORN, Walter; BELL, David. Intelligence and peacekeeping: the un operation in the Congo 1960-64. *International Peacekeeping*, v. 2, n. 1, p. 11-33, mar. 1995.

DORN, Walter; BELL, David. Intelligence and Peacekeeping: The UN Operation in the Congo, 1960-64. In: JONG, Ben de; PLATJE, Wies; STEELE, Robert D. (org.). *Peacekeeping Intelligence: emerging concepts for the future*. Oakton, Virginia: OSS International Press, 2003. p. 253-280.

DORN, Walter. The Cloak and the Blue Beret: limitations on intelligence in un peacekeeping. *International Journal Of Intelligence And Counterintelligence*, v. 12, n. 4, p. 414-447, out. 1999.

DORN, Walter. Intelligence-led Peacekeeping: the United Nations stabilization mission in Haiti (Minustah). *Intelligence And National Security*, v. 24, n. 6, p. 805-835, dez. 2009

DORN, Walter. United Nations Peacekeeping Intelligence. In: JOHNSON, Loch K. (ed.). *The Oxford Handbook of National Security Intelligence*. Oxford: Oxford University Press, 2010. p. 275-295.

EKPE, Bassey. The Intelligence Assets of the United Nations: sources, methods, and

implications. *International Journal Of Intelligence And Counterintelligence*, v. 20, n. 3, p. 377-400, 2007.

ERIKSSON, Pär. Intelligence in peacekeeping operations. *International Journal Of Intelligence and Counterintelligence*, v. 10, n. 1, p. 1-18, mar. 1997.

HARTHCOCK, Clyde. *Peace Operations from an Intelligence Perspective*. Army War College Carlisle Barracks, PA, 1999.

JOHNSON, Loch. Evaluating “Humint”: the role of foreign agents in US security. *Comparative Strategy*, v. 29, n. 4, p. 308-332, oct. 2010.

JOHNSTON, Paul. No cloak and dagger required: intelligence support to un peacekeeping. *Intelligence and National Security*, v. 12, n. 4, p. 102-112, out. 1997.

KUELE, Giovanna. *Atividade de Inteligência em Operações de Paz da ONU: rumo à institucionalização?* 2014. 80 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2014.

KUELE, Giovanna; CEPIK, Marco. Inteligência em Operações de Paz da ONU (1945-2000). *Carta Internacional*, v. 10, n. 1, p. 21-38, 15 abr. 2015.

LANUBILE, Luca. *The Intelligence Gathering Activity in Peace Support Operations*. Marine Corps Command and Staff Coll Quantico VA, 2010.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *United Nations Peacekeeping Operations: principles and guidelines*. Nova York: Department of Peacekeeping Operations, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *UN Peacekeeping Operations. Department of Peacekeeping Operations*, 2022. Disponível em: <https://peacekeeping.un.org>. Acesso em: 30 abr. 2023.

SANO, John. The Changing Shape of HUMINT. *Intelligencer Journal*, Washington, v. 21, n. 3, p. 77-80, jan. 2015.

SHETLER-JONES, Philip. Intelligence in Integrated UN Peacekeeping Missions: the joint mission analysis centre. *International Peacekeeping*, v. 15, n. 4, p. 517-527, ago. 2008.

SMITH, Hugh. Intelligence and UN Peacekeeping. *Survival*, v. 36, n. 3, p. 174-192, set. 1994.

TSANG, Steve (ed.). *Intelligence and Human Rights in the Era of Global Terrorism*. Stanford: Stanford University Press, 2008. 240 p.